

RECURSO ESPECIAL Nº 1.794.684 - RS (2019/0027586-0)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
RECORRIDO : LABORATORIO FACCE VYSUAL LTDA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, em 12/12/2018, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERASAJUD, EXECUÇÃO DEFINITIVA DE TÍTULO JUDICIAL.
Em execução fiscal a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes deve ser realizada pelo próprio exequente" (fl. 33e).

Opostos Embargos de Declaração, foram eles rejeitados, nos seguintes termos:

"TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.
Não havendo no acórdão obscuridade, contradição, omissão ou erro material, improcedem os embargos de declaração" (fl. 49e).

Alega-se violação aos arts. 139 e 782 do CPC/2015, sustentando que:

"Note-se que não há como fechar os olhos ao fato de que a diligência em foco cuida-se de **medida coercitiva** (inscrição em cadastro de inadimplentes), sendo que o Código Processual Civil, dada tal natureza, conferiu a perfectibilização do ato **ao juiz do processo** (artigo 782, *caput* e parágrafo 3º), cabendo àquele primeiro (demandante) requerer a inclusão do devedor em cadastros de inadimplentes ao magistrado.

Note-se, *ad argumentandum*, que o Código de Processo Civil prestigia a denominada **Atipicidade dos Atos Executivos**, dispondo, dentre os **Poderes do Juiz**, "determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária" (artigo 139, inciso IV).

Tal instrumento acoimado ao Juízo também visa viabilizar o cumprimento da obrigação exequenda, homenageando o princípio do resultado na execução. Calha ressaltar que a atipicidade dos atos

executivos não é ideia inédita, mas é instituto abalizado de forma bem mais evidente pelo Código de Processo atual.

(...)

Visível, pois, que o novo diploma processual positiva a utilização de cadastros privados de proteção ao crédito como uma medida coercitiva para o cumprimento da obrigação de quantia certa.

A propósito, de se pontuar que, na vigência do CPC antigo, fora firmado entre o CNJ e o SERASA termo de cooperação técnica, tombado pelo nº 020/2014, que visava incentivar a efetivação do sistema SERASAJUD, permitindo a adesão dos Tribunais ao aludido termo, também para viabilizar o envio de ordens, pelo Poder Judiciário, de inserção de devedores no referido sistema, via meio eletrônico.

Não há, de outro lado, ato cooperativo de mesma natureza firmado pelo exequente (como parte no processo) com o SERASA, sendo, também por isso, inviável a inscrição realizada diretamente pelo ente público federal (vista como parte na ação executiva).

Assim, resta claro que não se pretende com o pedido transferir para o Poder Judiciário o ônus que a exequente possui no sentido de buscar bens expropriáveis do devedor. O que se busca, em verdade, é tão somente a utilização de uma ferramenta que renova as chances da parte credora de receber o que lhe é de direito e cujo manejo e conferência, tanto da inclusão como de eventual exclusão do cadastro, são conferidos ao Juízo e não às partes.

Ainda que, eventualmente, não seja acolhida a preliminar do tópico anterior e se entenda que não tenha sido implementada a parceria SERASAJUD no âmbito da Justiça Federal da 4ª Região, tal constatação, por sua vez, não pode constituir obstáculo à eventuais determinações judiciais de inclusão de executados nos cadastros de inadimplentes (SERASA).

A partir deste raciocínio, ainda que reste inacessível por ora um sistema eletrônico que facilite o cumprimento da ordem judicial, razoável que, até a sua implementação, promova-se a expedição de ofício físico aos Cadastros de Inadimplentes (SERASA), dando-lhes ciência da ordem judicial que determina a inclusão do executado em seus registros, não sendo razoável delegar às partes que assim o façam, até mesmo pela natureza da medida em questão. Assim, ainda que eventual ou momentaneamente indisponível o sistema eletrônico, nada obsta a expedição de ofício.

Aliás, a regra tem sido aplicada também à execução de título extrajudicial, tudo em busca da eficiência na satisfação do crédito exequendo, o que confere plena razoabilidade à pretensão, sem que tal medida constitua ato discricionário do juízo. Mesmo porque a execução é realizada no interesse do credor (art. 797 do CPC), havendo dever de cooperação dos agentes processuais nesse

desiderato.

Com efeito, não representa empecilho ao acolhimento do pedido o mencionado § 5º do art. 782 do CPC, sendo igualmente legítima a medida mesmo em se tratando de título executivo extrajudicial, como já decidiram os Tribunais brasileiros:" (fls. 59/61e).

Requer, ao final, o conhecimento e provimento do Recurso Especial.

O Recurso Especial foi admitido, na origem (fl. 66e).

A irresignação não ultrapassa a admissibilidade.

Na origem, trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela parte ora recorrente, em face de decisão que, nos autos de Execução Fiscal, indeferiu pedido para inclusão do nome dos executados em cadastro de inadimplentes.

O Tribunal local negou provimento ao Agravo.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Acerca da controvérsia, manifestou-se o Tribunal de origem no sentido de que a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes por determinação do juiz, nos termos do § 3º do art. 782 do CPC/2015, somente é cabível em execução definitiva de título judicial (§ 5º, do mesmo artigo). Tratando-se de execução fiscal, portanto, a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes deve ser realizada pelo próprio exequente.

Observa-se que o recorrente não impugnou, nas razões do Recurso Especial, os fundamentos utilizados pela instância ordinária para a solução da controvérsia, pelo que incidem, na espécie, as Súmulas 283 e 284 do STF, por analogia.

Nesse contexto, à luz do princípio da dialeticidade, não basta à parte recorrente manifestar o inconformismo e a vontade de recorrer; precisa impugnar todos os fundamentos suficientes para sustentar o acórdão recorrido, demonstrando, de maneira discursiva, por que o julgamento proferido merece ser modificado.

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AÇÃO REVISIONAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTO SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 283/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FASE LIQUIDAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 568/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à

hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

3. **A ausência de impugnação de um fundamento suficiente do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.**

4. É possível a fixação de honorários advocatícios na fase de liquidação de sentença com caráter contencioso. Precedentes.

5. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 864.643/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 20/03/2018).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço do Recurso Especial.**

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, por tratar-se, na origem, de recurso interposto contra decisão interlocutória, na qual não houve prévia fixação de honorários.

I.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora